

**REVISTA SEMESTRAL DE
DIREITO EMPRESARIAL**

Nº 11

Publicação do Departamento de Direito Comercial e do Trabalho
da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
julho / dezembro de 2012

Publicação do Departamento de Direito Comercial e do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Prof. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves, Prof. Eduardo Henrique Raymundo Von Adamovich, Prof. Eduardo Takemi Dutra dos Santos Kataoka, Prof. Ivan Garcia, Prof. João Batista Berthier Leite Soares, Prof. José Carlos Vaz e Dias, Prof. José Gabriel Assis de Almeida, Prof. Leonardo da Silva Sant'Anna, Prof. Marcelo Leonardo Tavares; Prof. Mauricio Moreira Menezes, Prof. Rodrigo Lychowski e Prof. Sérgio Campinho).

Editores: Sérgio Campinho e Mauricio Moreira Menezes.

Conselho Editorial: Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (UERJ), António José Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra), Carmem Tibúrcio (UERJ), Fábio Ulhoa Coelho (PUC-SP), Jean E. Kalicki (Georgetown University Law School), John H. Rooney Jr. (University of Miami Law School), Jorge Manuel Coutinho de Abreu (Universidade de Coimbra), José de Oliveira Ascensão (Universidade Clássica de Lisboa), Luiz Edson Fachin (UFPR), Marie-Hélène Bon (Université des Sciences Sociales de Toulouse), Paulo Fernando Campos Salles de Toledo (USP), Peter-Christian Müller-Graff (Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg) e Werner Ebke (Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg).

Conselho Executivo: Carlos Martins Neto, Enzo Baiocchi, Leonardo da Silva Sant'Anna, Mariana Pinto e Viviane Perez.

Pareceristas deste número: Adem Bafti (UNIVAP), Davi Antônio Gouvêa Costa Moreira (SEUNE), Eduardo Takemi Kataoka (UERJ), José Carlos Vaz e Dias (UERJ), José Gabriel Assis de Almeida (UERJ), Marcelo Lauar Leite (UFERSA) e Rodrigo Rocha Monteiro de Castro (Mackenzie – SP).

PATROCINADORES:

ISSN 1983-5264

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Revista semestral de direito empresarial. — n° 11 (Julho/Dezembro de 2012)
. — Rio de Janeiro: Renovar, 2007-.

v.

UERJ

Campinho Advogados

Moreira Menezes, Martins, Miranda Advogados

Semestral

1. Direito — Periódicos brasileiros e estrangeiros.

94-1416.

CDU — 236(104)

* Publicada no segundo semestre de 2014.

Editorial

Estimados leitores da RSDE,

O presente número, referente ao segundo semestre de 2012, conta com a participação de sete colaboradores e dois eminentes juristas e advogados que gentilmente cederam pareceres de sua lavra para publicação.

A partir deste número os artigos ou pareceres publicados não estarão mais, necessariamente, vinculados a uma Seção temática, estrutura adotada pela RSDE até o último número. Sem embargo, por área temática, apresentam-se três artigos e dois pareceres sobre direito societário, dois artigos sobre contratos empresariais, um sobre mercado financeiro e outro sobre falência.

No primeiro parecer, o então advogado e hodiernamente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, professor titular de Direito Constitucional da UERJ, analisa a possibilidade de transformação em companhia aberta de associação constituída para promover pesquisa, aprimoramento e desenvolvimento de variedades vegetais destinadas à produção de açúcar e álcool, diante de Impugnação formulada pela Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP). Registro ter sido este um de seus últimos pareceres antes de assumir o seu posto na mais alta Corte de Justiça do país.

No segundo parecer, Sérgio Campinho, advogado e professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da UERJ, tece considerações importantes acerca da formação e da caracterização de grupos societários e, em especial, da responsabilidade por dívidas de sociedades integrantes de um mesmo grupo de fato.

No artigo “Considerações sobre o problema da exclusão de sócio da sociedade limitada por justa causa”, o prof. Mauricio Moreira Mendonça de Menezes apresenta, desde as disposições do Código Comercial, interessante evolução da disciplina normativa aplicável à exclusão de sócio por decisão dos demais sócios baseada em justa causa e tece exposição do tratamento legislativo do tema na Alemanha, França e Itália, para embasar sua análise na solução adotada pelos arts. 1.030 e 1.085 do Código Civil.

Na sequência, a advogada e professora de Direito Comercial, Mariana Robertson Pinto nos oferece primoroso trabalho em que apresenta reflexões sobre a retirada de acionista de companhia fechada, os diversos meios de que ele dispõe para deixá-la (cessão de ações e direito de recesso) para se debruçar sobre o delicado tema da possibilidade de resolução da sociedade anônima fechada em relação a um acionista, por via judicial, ante a impossibilidade do preenchimento do seu fim, nos moldes dispostos no artigo 206, inciso II, alínea b, da Lei nº. 6.404/76.

No último artigo na área de Direito Societário, a advogada Lígia Padovani, especialista em Contencioso Empresarial e suas Estratégias pela Fundação Getúlio Vargas/SP – GV Law, discute a oferta pública de aquisição de ações por atingimento de participação acionária relevante, instituída pelo Comitê de Aquisições e Fusões (CAF) em seu Código de Autorregulação do mercado de capitais brasileiro, destacando seus principais aspectos, hipóteses de incidência, fontes de inspiração, bem como as problemáticas que envolvem o modelo adotado por essa entidade como forma de garantir condições equitativas entre acionistas em operações de tal natureza.

O Diretor e Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), Portugal, Prof. Dr. Luís Miguel Delgado Paredes Pestana de Vasconcelos, honra a RSDE com

sua valorosa contribuição sobre o contrato de *leasing* financeiro e sua disciplina no direito português, no qual expõe a importância do *leasing* (arrendamento mercantil) dentre os instrumentos de financiamento empresarial para, em seguida, caracteriza-lo e analisar suas funções, elementos estruturais (partes, forma, objeto, prazo, rendas) e modalidades, com ênfase para o *sale and lease back*. Ademais, o artigo discute a resolução do contrato pelo locador financeiro, suas causas e seus efeitos para, ao final, expor o regime falencial/insolvencial do contrato com base nas disposições do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas lusitano – CIRE.

Julien Théron, professor no Centro de Direito Negocial da Faculdade de Direito da Universidade de Toulouse 1, Capitole, França, em instigante estudo, discorre sobre os mercados financeiros e suas peculiaridades a partir de dois questionamentos centrais: os mercados financeiros são verdadeiros mercados? Preenchem as funções tradicionais que lhes foram atribuídas, não obstante a poderosa evolução tecnológica?

Ainda no seio dos contratos empresariais, o advogado Rafael Guarilha Pimentel de Freitas investiga a atuação das instituições financeiras intermediárias das ofertas públicas de valores mobiliários e as implicações jurídicas das atividades que desempenham. O trabalho apresenta um histórico do desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil para, em seguida, passar à análise jurídica do contrato de *underwriting* e da responsabilidade dos *underwriters* em operações de distribuição pública de valores mobiliários.

A teoria da *Deepening Insolvency* (agravamento do estado de insolvência com prolongamento artificial da empresa) e a legitimidade para ajuizar a ação de responsabilidade civil do art. 82 da lei 11.101/05 em face dos administradores da sociedade empresária é o tema do artigo de Luis Tomás Alves de Andrade, advogado e

especialista em Direito Empresarial pela FGV/RJ. No trabalho, o autor se dedica a investigar se a referida teoria, originária do *Common Law*, é compatível com o sistema falimentar brasileiro.

A todos, amigos, antigos e novos leitores, expressamos nossos agradecimentos pela generosa e habitual acolhida.

Muito cordialmente,

Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves
Chefe do Departamento de Direito Comercial e Trabalho
Faculdade de Direito da UERJ